

Execução de Empreitadas de Obras Públicas - Enquadramento Jurídico Fundamental e Aspetos de Especial Interesse em Contexto de Trabalho;

OBJETIVO GERAL

Necessidade dos agentes que utilizam e aplicam o CCP em contexto de trabalho, manterem uma visão atualizada do diploma e respetiva legislação complementar e regulamentar, por forma a assegurar uma maior segurança e rigor na resolução de questões que surgem na execução de uma empreitada de obra pública.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ficar a conhecer as regras definidas quanto à representação das partes durante a execução da obra, ao exercício dos poderes de conformação contratual, à consignação e suspensão dos trabalhos, às modificações objetivas dos contratos, às formalidades das vistorias e respetivos autos, às consequências e efeitos decorrentes da receção provisória e da receção definitiva, aos defeitos de obra e consequências do incumprimento da obrigação de correção, aos prazos de garantia que incidem sobre os diferentes tipo de trabalhos executados e ainda quanto ao regime da liberação da caução.

DESTINATÁRIOS

Empresários, quadros dirigentes e técnicos das empresas e outros colaboradores da área de gestão de contratos, Diretores de Produção, Diretores de Obra, Juristas e Técnicos dos departamentos administrativos das empresas de construção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- I. Regras de contagem dos prazos;
- II. Representação do dono da obra – exercício do poder de fiscalização, limites e natureza das declarações do dono da obra;
- III. Gestor do Contrato – funções e responsabilidades;
- IV. Consignação e contagem do prazo de execução da obra;
- V. Suspensão dos trabalhos – fundamentos e prazo;
- VI. Erros e omissões – regime de invocação e de responsabilidade;
- VII. Modificações objetivas do contrato: trabalhos complementares (requisitos de legitimidade, obrigação de execução, preço e prazo), trabalhos a menos, inutilização de trabalhos e indemnização por redução do preço contratual;
- VIII. Reposição do equilíbrio financeiro por agravamento dos custos na realização da obra;
- IX. Receção provisória e definitiva;
- X. Prazo de garantia;

XI. Liberação da caução;

XII. Fundamentos de resolução do contrato;

XIII. Regime sancionatório – a sanção de proibição de participação em procedimentos de formação de contratos.

FORMADORA

Dra. Margarida Ramalho - Jurista

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

€ 163 + IVA - para subscritores do PORTAL CONSTRUA, (€ 200,49 com IVA incluído).

As fichas de inscrição e os termos e Condições deverão ser solicitadas no consultório jurídico antes do final do prazo estipulado, devido às inscrições em número limitado.

FORMAÇÃO

Plataforma Teams

DATA DA AÇÃO

27, 28 e 30 de outubro de 2025

DURAÇÃO

12 horas

HORÁRIO

14:00 - 18:00 (nos 3 dias)

DATA-LIMITE DE INSCRIÇÃO

24/09/2025

NÚMERO MÍNIMO DE PARTICIPANTES

10